

UM MODELO DE ORGANIZAÇÃO PARA OS CENTROS DE APOIO PEDAGÓGICO ESPECIALIZADO

Neemias Fraga Cunha Araujo¹
Sidenise Estrelado Sousa²

RESUMO

Este estudo tem como objetivo central compreender a organização dos Centros de Apoio Pedagógico Especializado (CAPE) do estado da Bahia conforme as conquistas descritas nas políticas públicas educacionais. Como objetivos específicos, identificar a função educacional dos CAPEs conforme normativas vigentes e apresentar um modelo de organização para os CAPEs nos princípios da educação inclusiva. Para tanto, apresentamos um breve histórico das políticas educacionais acerca dos Centros de Apoio Pedagógico Especializado quanto à oferta de serviços educacionais para estudantes público alvo da educação especial. O referencial teórico-metodológico apresenta abordagem da pesquisa qualitativa com apoio de autores como, Kassar, 2011, Maior (2018), Oliveira & Glat (2003) dentre outros. Como principais resultados, destaca-se uma nova proposta de organização político-pedagógica que atende aos princípios das políticas vigentes que discorrem sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado nos CAPEs situados nos territórios de identidade do estado da Bahia.

Palavras-chave: Centros de Apoio Pedagógico Especializado, Atendimento Educacional Especializado, Estudantes com Deficiência.

¹ Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social /PPGDGS – UFBA, Especialista em Gestão, Supervisão e Orientação Educacional - UCAM. Especialista em Atendimento Educacional Especializado (AEE). Licenciado em Educação Física. Professor efetivo - SEC/BA- Vice-diretor do CAPE DA BAHIA; neemiasfraga@gmail.com

²Doutoranda Universidade Federal da Bahia - UFBA, Linha de pesquisa: Educação e Diversidade. Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB; Especialista em Psicopedagoga - UCSal e em Deficiência Intelectual e Diversas Abordagens pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública - EBMSP; Pedagoga - UCSal. Professora efetiva - SEC/BA- diretora do CAPE DA BAHIA; sidenise.educacao@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é recorte de uma pesquisa desenvolvida no mestrado profissional da Universidade Federal da Bahia no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social. Atualmente o processo de inclusão pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Altas Habilidades e Superdotação (AH/SD), tem ocupado a centralidade dos debates em diversos espaços sociais. No que tange especificamente a inclusão escolar no contexto das políticas públicas educacionais, esse debate se amplia potencialmente em ambientes acadêmicos, escolares e nas instituições especializadas.

O principal objetivo discorre sobre compreender a organização dos Centros de Apoio Pedagógico Especializado (CAPE) do estado da Bahia conforme as conquistas descritas nas políticas públicas educacionais. Como objetivos específicos, identificar a função educacional dos CAPEs conforme normativas vigentes e apresentar um modelo de organização para os CAPEs nos princípios da educação inclusiva.

Historicamente, a inclusão escolar de estudantes com deficiência³ foi marcada por segregação e exclusão no que diz respeito a participação dos tempos e espaços nas escolas comuns a todas as pessoas. A norma social comum era o encaminhamento para instituições especializadas com ausência de acesso a níveis de ensino progressivo com o álibi de que esta população precisava estar preparada antes da escolarização formal. Felizmente, essa realidade tem sido transformada pela busca contínua pela inclusão escolar, sustentado pelo movimento de pessoas com deficiência que reconhece e valoriza a diversidade como um pilar fundamental para uma sociedade mais justa e equitativa.

Nesse sentido, as políticas públicas de educação inclusiva no Brasil representam um avanço significativo na garantia do direito à educação para pessoas com deficiência, buscando enfrentar os desafios históricos de exclusão educacional, para que “aprendam juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem”. (BRASIL, p.11-12, 1994). Ao propor que todos aprendam juntos, sob a responsabilidade dos profissionais em educação docentes e não docentes, torna-se necessário, além dos conhecimentos sobre os processos de ensino, desenvolvimento e aprendizagem, a consolidação de serviços educacionais organizados por professores e profissionais

³ Para referir-se aos estudantes com TEA, utilizaremos a expressão estudantes com deficiência conforme o que estabelece a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reforça o reconhecimento do autismo como deficiência e garante direitos a educação entre outros.



especializados, que desenvolvam pesquisas, formação, acompanhamento escolar, estratégias pedagógicas e outras ações, que apoiem a escola comum continuamente.

Ao fazer referência aos serviços educacionais, os Centros de Apoio Pedagógico Especializado (CAPES), em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), configura um importante espaço de suporte pedagógico não substitutivo as escolas comuns. Assim, este estudo, tem como propósito, apresentar um modelo de organização para os CAPES do estado da Bahia. Para tanto, apresentamos um breve histórico das políticas educacionais acerca dos Centros de Apoio Pedagógico Especializado quanto à oferta de serviços educacionais para estudantes público alvo da educação especial, especificamente o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A estrutura organizacional dos Centros de Educação Especial foi estabelecida pela primeira vez pela Nota Técnica Nº 9/2010– SEESP/GAB/ e posteriormente a Nota Técnica Nº 055 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE tece orientações quanto à sua atuação na perspectiva da educação inclusiva. Estes documentos definem o AEE como o serviço ofertado pelo Centro, para estudantes com deficiência “regularmente matriculados na educação básica, conforme o disposto na alínea “d” do Parágrafo único do art. 8º da Resolução CNE/CEB nº 4/2009” (Nota Técnica Nº 055, 2013), devendo ocorrer a articulação com as escolas comuns.

Os Centros de Apoio Pedagógico Especializado (CAPE) do estado da Bahia são instituições mantidas e vinculadas a Secretaria de Educação (SEC) que ofertam serviços educacionais especializados para pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Altas Habilidades e Superdotação (AH/SD), que estão matriculadas e frequentando a escola comum, do sistema de ensino regular, sobretudo, na educação básica, que mediante avaliação pedagógica evidencie necessidades educacionais, oriundos da rede pública ou privada, podendo ser atendidos de maneira individual ou em pequenos grupos.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, sendo esta aquela que “trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos” (Minayo, 2001, p. 21). Sobretudo, porque a pesquisa qualitativa pode promover a oportunidades de interpretar a realidade no contexto social e histórico que estamos inseridos. Consideramos esta realidade



histórica e influenciada por diversos aspectos, como os sociais, políticos, econômicos, entre outros, sendo a metodologia “aquela responsável por delimitar o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (Minayo, 2001, p. 16). Compreende-se que os pressupostos metodológicos são caminhos para o melhor desenvolvimento de uma pesquisa dessa natureza.

Neste sentido, é necessário que a trajetória deste estudo, esteja bem delineada para melhor compreensão do leitor “afirmações provisórias a respeito de determinado fenômeno” (Minayo, 2014, p. 179). Assim, a hipótese inicial deste estudo fundamentou-se na problemática: qual o modelo organizacional dos Centros de Apoio Pedagógico Especializado (CAPE) do estado da Bahia? Para tanto, foi realizada uma entrevista com gestores especificamente dos Centros, diretores e vice-diretores, com o intuito de conhecer in loco a sistematização da gestão inicialmente administrativa e posteriormente a dimensão pedagógica.

Considerando a realidade dos Centros geridos pela Secretaria de Educação do estado da Bahia (SEC-BA) e o território de identidade em que estão inseridos, é possível compreender efetivamente a construção do conhecimento no contexto deste trabalho, além de identificar e reconhecer, que os possíveis problemas existentes nas organizações, instituições de modo geral, costumam ser específicos. Então, para melhor compreensão foi necessário descrever previamente as etapas: elaboração descritiva dos objetivos, detalhamento das etapas e do instrumento normativo a partir do cronograma aprovado, levantamento de dados sobre a quantidade dos Centros de AEE, localização, territórios de identidade, público atendido, nome e contatos dos gestores e identificação da organização de um CAPE, funções e atribuições.

A partir desta estrutura metodológica que representa um conjunto de passos que devem ser obedecidos para que os objetivos sejam alcançados, foi necessário construir dois formatos para a mesma entrevista. Para os CAPEs, de longa distância geográfica do município de Salvador-Ba, institui-se o formato de formulário no google forms e para o momento presencial, optamos por aplicar a entrevista impressa, sobre o olhar da Gestão acerca da organização e estrutura da instituição sob sua gerência.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Notas sobre os Centros de Apoio Pedagógico Especializado (CAPEs)



A PNEEPEI destaca a partir há quase duas décadas que a educação especial é transversal no âmbito do sistema de ensino brasileiro e anuncia o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes identificados como público alvo da Educação Especial nas escolas comuns, as quais devem garantir:

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (Brasil, 2008b, p. 14).

Desse modo, a PNEEPEI afirma-se como uma grande promotora de defesa pelo direito educacional fortalecendo o acesso e permanência de todos os (as) estudantes nas escolas tanto nos níveis de ensinos quanto nas modalidades previstas no sistema de ensino brasileiro em consonância com os atos normativos que trata sobre inclusão educacional. Para tanto, é fundamental espaços institucionais que prestem serviço educacional complementar e suplementar, como os CAPEs que através dos serviços educacionais especializados, possam contribuir como crescimento das ações escolares que envolvem estes estudantes.

Os Centros de Apoio Pedagógico Especializado (CAPEs) representam um importante equipamento da rede estadual da Bahia, como estratégia para apoiar e corroborar com a inclusão de estudantes com deficiência, TEA e AH/SD, de ensino matriculados na escola comum da rede regular de ensino. Sua organização e atuação devem estar diretamente vinculadas às diretrizes das políticas públicas de educação inclusiva no Brasil. Atuam como um apoio especializado à educação realizada na escola comum, oferecendo recursos e metodologias adaptadas ou não, conforme necessidades educacionais identificadas para que os estudantes público da educação especial possam ter acesso ao currículo comum, participar plenamente da rotina pedagógica dentro e fora do ambiente escolar, desenvolver e potencializar habilidades e ser submetido a uma avaliação justa. Além disso, realizar processo formativo continuado envolvendo os diversos setores e profissionais da educação dentro e fora dele.

Apesar de reconhecer que ocorreram significativos avanços após uma década da PNEEPEI as normativas educacionais que estão em vigor, ainda não alcançam o cotidiano escolar, como afirma Cláudio Baptista (2011, p. 72):

Núcleos gestores relativos aos sistemas de ensino têm condições de construir propostas que possam alterar o futuro da



educação das pessoas com deficiência no Brasil, admito que temos um longo percurso a ser cumprido. Restam questionamentos muito importantes relativos: aos processos de identificação dos alunos que devem ter acesso a esses serviços; à etapa escolar considerada prioritária, pois temos presenciado uma ênfase no primeiro ciclo do ensino fundamental como o espaço de concentração das salas de recursos; à tendência de negação da complexidade dos fenômenos que caracterizam a vida escolar e valorização de uma premissa de ‘ajuste’ de ‘correção’ de um sujeito/aluno.

Nesse sentido, considerar a função educacional de um CAPE, torna-se um relevante equipamento de enfrentamentos das questões apresentadas pelo autor, em articulação com a escola comum, com vistas a superação da lógica excludente que ainda perpetua nos espaços comuns. Entre as principais atividades desenvolvidas por esses centros, destacam-se a formação Continuada, produção de materiais, e recursos adaptados, identificar estilos de aprendizagens e demais alternativas inclusivas como conversão de livros e materiais didáticos para formatos acessíveis, como o Braille para alunos com deficiência visual e o LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para alunos surdos.

Ressaltamos que as conquistas dos CAPEs estão atravessadas com o avanço das políticas de educação inclusiva no Brasil, que passaram a reconhecer e a garantir o direito à educação para todos em espaços comuns, deslocando o foco da segregação para a inclusão, consolidando o modelo de atendimento dos CAPEs. Essas políticas com sustentação teórica inclusiva, reafirmou a importância de espaços de apoio, como os centros, para garantir que as escolas comuns possam receber e atender a todos os estudantes. Assim, as ações da educação especial passaram a ser vista como um paradigma voltado para a escolarização no âmbito do sistema de ensino, de forma não substitutiva à escola inclusiva.

A organização dos CAPEs tem demonstrado que ainda não corresponde aos que está posto nas políticas e notas técnicas para a sua efetiva atuação no contexto inclusivo. É possível encontrar nesses espaços, número elevado de estudantes sem escolarização e realizado atividades de vida diária, terapêuticas, esportivas, entre outras que são próprias da escola comum e de ambientes de saúde e terapêuticos. Cada instituição realizam ações conforme conhecimento e entendimento de cada equipe gestora o que não constituem um espaço estruturado e alinhado entre si, que oferte de fato o AEE, que se tornou uma das conquistas importantes para estudantes público da educação especial.



A existência desses centros de apoio tem facilitado a matrícula e o sucesso escolar de alunos com deficiência em escolas regulares, diminuindo as taxas de evasão, maior qualificação do corpo docente: O apoio e a formação contínua oferecidos pelos CAPEs têm empoderado os professores da rede regular, que se sentem mais seguros e confiantes para lidar com a diversidade em sala de aula, cumprindo com sua finalidade, pois,

As ações planejadas devem atender às necessidades identificadas, devendo ser movidas pelo desejo dos gestores de desempenharem seus papéis organizacionais e que implicam em compromissos com o coletivo e não para atender a interesses pessoais.(CARVALHO, 2008, p. 101).

Deste modo, urge a necessidade de uma estrutura que organize e institua um modelo de organização para os centros de apoio pedagógico especializado no estado da Bahia, para que sirva de referencial para gestores sobre o que é essencial neste equipamento público para cumprir sua função principal na oferta de serviços educacionais que atenda as necessidades educacionais dos estudantes e apoio efetivamente a escola comum.

Os CAPEs, com suas equipes com formação pedagógica diversas e recursos específicos, contribuem diretamente para o cumprimento do direito a educação inclusiva. Em resumo, os Centros de Apoio Pedagógico Especializado são pilares da educação inclusiva. Eles traduzem as garantias legais em ações concretas, assegurando que o direito à educação de qualidade seja uma realidade para todos os alunos, independentemente de suas necessidades.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

Foram evidenciados diversos modelos e formas de organização conforme compreensão dos (as) gestores acerca dos caminhos percorridos para realizar uma proposta educacional mais abrangente. No entanto, algumas práticas não correspondem ao previsto na nota técnicas mais recente, emitida pelo Ministério da Educação no que tange as orientações sobre organização de centros de atendimento educacional especializado apoiadas nos marcos legais, políticos e pedagógicos que orientam para a implementação de sistemas educacionais inclusivo.

Alguns pontos em comum como a formação propostas para professores e o atendimento ao público da educação especial, perpassam as ações dos CAPEs pesquisados, embora não foram percebidos como ocorre o acompanhamento dos impactos na trajetória acadêmica de estudantes com deficiência. Assim, a estrutura organizacional proposta para a construção de um modelo organizacional,



fundamentado sugere a composição de 4 (quatro) Núcleos: Núcleo de Avaliação; Núcleo de produção de materiais; Núcleo de Formação e Pesquisa, além do Núcleo de Atenção às Famílias. Nessa estrutura, o CAPE disponibilizará serviços que conforme previsto no AEE em atenção a inclusão educacional efetiva.

Nesta perspectiva, o CAPE da rede de ensino do estado da Bahia, configura-se como um equipamento que desenvolve serviços educacionais que eleve o nível de escolaridade de estudantes com deficiência, TEA e AH/SD que precisem do Atendimento Educacional Especializado em articulação com todas as escolas de matrícula daqueles que frequenta o CAPE. Ademais,, propor formas de sistematização desses equipamento de natureza pública, favorece o entendimento social sobre qual política inclusiva é fomentada pela secretaria de educação do estado da Bahia para atender aos estudantes, familiares, profissionais da educação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente texto foi compreender a organização dos Centros de Apoio Pedagógico Especializado (CAPE) do estado da Bahia conforme as conquistas descritas nas políticas públicas educacionais, especificamente a partir do olhar dos gestores que atuam nestes espaços. Conforme o exposto, procuramos demonstrar que a preocupação em estabelecer um referencial de organização de gestão que abandona a informalidade personificada e adota normativas gerenciais.

A condição estrutural que se encontra atualmente os CAPEs no estado da Bahia, aqueles geridos pela SEC-Ba, demonstram que mesmo considerando os territórios de identidade em que se encontram e as especificidades do público atendido, ainda não correspondem aos serviços de AEE, conforme legislação vigente. Então, é fundamental uma ampla discussão sobre a função dos centros e formas alternativas de gestão, mais autônomas, flexíveis e participadas, mas também que contemplem as políticas inclusivas. Isto significa que não se trata apenas de uma reestruturação organizacional da esfera estadual, mas a intencionalidade e qualidade dos serviços educacionais ofertados e elevação dos níveis de escolarização de estudantes na escola comum, a curto médio e prazo.

Porém, a discussão sobre um novo modelo de gestão dos centros, deve imbricar ideais como: inclusão, democracia, autonomia, articulação, descentralização e participação alinhados aos princípios da gestão pública. Desse modo, procuramos chamar a atenção para os



CAPEs, como apoio substancial para alcançar as políticas educacional propostas pela SEC-Ba e para o significado da potência de um centro de apoio especializado no sentido da sua importância no processo inclusivo.

6. REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação Pedagógica e Educação Especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v. 17, p. 59-76, maio/ago. 2011.:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva Brasília: MEC/SEESP, 2008b.

BRASIL. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre: necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1996. Disponível em: . Acesso em: 16 maio. 2025.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. Autonomia da Gestão Escolar: Democratização e Privatização, duas faces de uma mesma moeda. 2008. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba.

MINAYO, Maria C. de S. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

